

ARTIGO

Herança ibérica, preservacionismo e regionalidade como crítica à modernidade burguesa em Nordeste (1937), de Gilberto Freyre

Iberian heritage, preservationism and regionality as criticism to bourgeois modernity in Gilberto Freyre's Nordeste (1937)

Alberto Luiz Schneider

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). São Paulo, SP, Brasil.

RESUMO: O artigo discute *Nordeste*, livro que Gilberto Freyre publicou em 1937 na Coleção Documentos Brasileiros, coordenada por ele próprio na Editora José Olympio. O objetivo é compreender a referida obra, articulada à produção intelectual do sociólogo pernambucano no período. A partir do texto freyreano, pretende-se evidenciar como a herança ibérica e a regionalidade conduzem o autor a uma interpretação do preservacionismo das formas antigas de vida, cultura e sociedade, inclusive em relação ao meio ambiente. Freyre coloca-se na defesa da legitimidade histórica da cultura ibérica, já transformada nas condições do Nordeste açucareiro, marcado pelo escravismo e pela monocultura, cuja existência o autor via ameaçada sob a força desagregadora da modernidade industrial que emanaria do Ocidente protestante e capitalista.

PALAVRAS-CHAVE: Gilberto Freyre; *Nordeste* (livro de 1937); iberismo; regionalidade; preservacionismo; Nordeste do Brasil.

ABSTRACT: This article discusses the book *Nordeste*, from Gilberto Freyre, published in 1937 by the publisher José Olympio Editora, as part of the series *Coleção Documentos Brasileiros*, organized by Freyre himself. The main point of this article is to comprehend the aforementioned work related to the intellectual production of Freyre in the period. Based on the Freirian text, the intention of this article is to point out how Iberian Heritage and regionality lead him to an interpretation of preservationism of ancient forms of life, culture and society,

*Professor do Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP).
E-mail: alberto.ls@uol.com.br
<https://orcid.org/0000-0002-7308-2524>.

DOI: 10.22456/1983-201X.112035
Anos 90, Porto Alegre, v. 29 – e2022108 – 2022



Este é um artigo Open Access sob a licença CC BY

including in relation to the environment. Freyre defends the historical legitimacy of the Iberian culture, already transformed by the historical conditions of the sugar-based Brazilian Northeast, which was marked by slavery and monoculture. On Freyre's point of view, such context was threatened by the disintegrating force of industrial modernity, which would emanate from the Protestant and capitalist West.

KEYWORDS: Gilberto Freyre; Nordeste (1937 book); Iberism; regionality; preservationism; Brazilian Northeast.

Introdução

Gilberto Freyre (1900-1987) publicou *Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil* em 1937. Foi o quarto volume da Coleção Documentos Brasileiros, editada pela Livraria José Olympio Editora, do Rio de Janeiro, cuja direção, entre 1936 e 1938, coube ao próprio autor. Na condição de editor de um projeto que marcou época, Freyre elegeu *Raízes do Brasil* (1936), de Sérgio Buarque de Holanda, como o primeiro volume de uma coleção que se tornaria prestigiosa. Portanto, ao publicar *Nordeste*, Gilberto Freyre já era um intelectual conhecido e reconhecido no Rio e em São Paulo, não apenas pela bem-sucedida publicação de *Casa-grande & Senzala*, em 1933, pela Editora Schmidt, mas também por *Sobrados e Mucambos*, editado pela Companhia Editora Nacional, de São Paulo, bem como uma série de artigos na imprensa. A direção da Coleção Documentos Brasileiros não é fortuita, pois indica o prestígio que Freyre havia amealhado naqueles anos pós *Casa-grande*¹.

Há no pensamento de Gilberto Freyre um traço constante, a despeito da historicidade de uma obra longa e volumosa: a defesa da matriz cultural ibérica, considerada diferente da tradição política, econômica e cultural dominante no Moderno Ocidente – de matriz liberal, racionalista e produtivista –, representada pelos países protestantes do Atlântico Norte, como a Inglaterra, os Estados Unidos, a Holanda, ou mesmo a França, mais laica do que católica.

As tradições ibéricas, que estariam na base da formação brasileira, não foram apresentadas pelo autor como entraves a serem vencidos no caminho da modernidade. Ao contrário, Freyre construiu um sentido de preservação, de crítica ao presente, de desconfiança em relação a um futuro (moderno). Em *Nordeste*, o senso de preservação ganhou veementes páginas em defesa da Zona da Mata, dos rios e das florestas “gordas” na paisagem de uma região devassada não mais por antigos senhores de engenho, tradicionais, mas por modernos usineiros.

Não está em jogo apenas o sentido de preservação ecológica da Zona da Mata, que o próprio Freyre apresenta como degradada, mas também a permanência das formas de vida herdadas do passado, encontradas como patrimônio edificado nos modos de falar, viver, comer e se relacionar. Enfim, do legado ibérico, já mestiço e adaptado aos trópicos que Freyre quis defender, frente a uma modernidade importada, que ele definia como falsa e destrutiva. Essa percepção do mundo implicava em um modo de ler e sentir o passado, ou antes, o tempo, pois Freyre, antropologicamente, trafega entre diferentes passados e presentes (com suas promessas de futuro). Distancia-se, assim, do que faria uma história metódica, interessada na heurística das fontes, em recortes estreitos e precisos, em linguagem técnica e especializada. Poder-se-ia dizer que *Nordeste* não é um livro de história da região, mas uma proposta interdisciplinar de interpretação daqueles litorais atlânticos, onde a escravidão africana e a aristocracia açucareira (ibérica) deitaram fundas raízes, nitidamente bicontinentais (como dissera explicitamente em *Casa-grande*).

Freyre recolheu o conceito de bicontinentalidade no ensaísta andaluz Ángel Ganivet (1865-1898), especialmente em *Idearium español*. Pablo González-Velasco, em recente tese de doutorado intitulada

Gilberto Freyre y España: la constante iberista en su vida y obra, mostra que Freyre buscou em Ganivet a ideia de uma Ibéria indelevelmente mestiça e morena, marcada pela cultura moura, com tudo que nela está contida, a saber:

influencias andalusíes en el sustrato cultural ibérico, incluyendo su catolicismo [...] variadas expresiones sociológicas, presentes en el patriarcalismo, la poliginia, la mixofilia, la hipersexualización de la morenidad, el ecumenismo, la interpenetración de culturas, el misticismo franciscano y las visiones del Paraíso, entre otros (GONZÁLEZ-VELASCO, 2021, p. 28).

Embora em *Nordeste* (1937) Freyre não cite Ganivet, como fizera em *Casa-grande* (1933) ou *Interpretação do Brasil* (1944), são nítidos o modo de pensar marcado pela empatia e o perspectivismo que o sociólogo pernambucano associa aos pensadores espanhóis. *Nordeste*, portanto, deriva do contato íntimo e pessoal alimentado pelas visitas pelo interior de Pernambuco, observações antropológicas, leitura de viajantes e documentos de época. O livro é também uma peça política, um instrumento para se posicionar frente aos debates do momento, em torno de temas como a nacionalidade e a modernização, em que aparecem críticas a sujeitos muito diversos, como os usineiros nordestinos das terras do açúcar. A crítica à noção de progresso – e a consequente defesa da tradição (ibérica, brasileira, nordestina e pernambucana) e do próprio valor do passado – já estava clara no *Manifesto Regionalista de 1926*:

Procuramos defender esses valores e essas tradições, isto sim, do perigo de serem de todo abandonadas, tal o furor neófito de dirigentes que, entre nós, passam por adiantados e “progressistas” pelo fato de imitarem cega e desbragadamente a novidade estrangeira. [...] A verdade é que não há região no Brasil que exceda o Nordeste em riqueza de tradições ilustres e em nitidez de caráter. Vários de seus valores regionais tornaram-se nacionais [...], o Nordeste tem o direito de considerar-se uma região que já grandemente contribuiu para dar à cultura ou à civilização brasileira autenticidade e originalidade e não apenas doçura ou tempero (FREYRE, 1955, p. 19-20).

A defesa do legado ibérico, a afirmação da regionalidade e o sentido de preservação ante o caráter dissolvente da modernidade estão no coração de *Nordeste*, o livro de 1937, como estiveram em toda obra de Gilberto Freyre entre as décadas de 1920 e 1940, marcada por certo antiliberalismo, bem como pelo desconforto ante o progresso do mundo industrial². Neste artigo, portanto, pretende-se aprofundar, por meio do mergulho nos textos de Freyre, o modo como ele agenciou uma nítida crítica à modernização ocidentalizante em defesa de um Nordeste carregado de tradições e mestiçagens, que o sociólogo pernambucano vê como positivas, embora criticáveis em muitos aspectos.

Se não levarmos em consideração o pensamento iberista que Freyre de algum modo assumiu, não se compreende *Nordeste*, obra abertamente política e poética, mobilizada na crítica ao presente, animada pelas ameaças do progresso, mas profundamente vinculada ao projeto interpretativo levado a cabo pelo autor de *Casa-grande & Senzala* na década de 1930.

Em defesa da herança ibérica: crítica ao Ocidente vencedor

A defesa da tradição ibérica já aparece no *Livro do Nordeste*, obra coletiva organizada por Gilberto Freyre em 1925, cujo objetivo foi o de comemorar o centenário do *Diário de Pernambuco*. Nos textos que couberam a Freyre no referido livro, vemos um jovem autor em plena defesa das tradições pernambucanas, que ele entendia estarem ameaçadas pelas “tentativas falsamente modernizantes, dos americanismos”:

As usinas de firmas comerciais trouxeram para a indústria do açúcar mecanismo das fábricas burguesas: as relações entre patrões que fumam charutos enormes como nas caricaturas de “Simplicimus” e operários que só conhecem o patrão de vista. Dominam estas relações em vez da subserviência como que filial dos antigos trabalhadores aos senhores de engenho – tipos de uma fidalguia rústica (FREYRE, 1979a, p. 80).

No dia 7 de fevereiro de 1926, na abertura do *I Congresso Regionalista do Nordeste*, no qual participou ativamente, Freyre publicou, no mesmo *Diário de Pernambuco*, artigo intitulado “Acção regionalista no Nordeste”. No texto, buscava afastar-se de qualquer ideia separatista. Chegava a citar Silvio Romero, crítico literário que havia se notabilizado pelo nacionalismo: “regionalismo e nacionalismo, de um lado, e cosmopolitismo, de outro, não se repelem: a inteligência dos homens é que incumbe a arte difícil de os harmonizar: esta harmonia é possível” (FREYRE, 1926, p. 3)³.

A defesa do regionalismo em Freyre é anterior e posterior a *Nordeste* (1937) e não obedece a critérios exclusivamente políticos, como parte das disputas das elites nordestinas com as do Rio e de São Paulo, embora essa questão esteja colocada. A regionalidade gilbertiana passa pela defesa de um certo Brasil, mais antigo e mais ibérico. Freyre apresenta esse Brasil, para ele o mais profundo e criador, como uma região ameaçada de descaracterização ante a chegada da modernidade burguesa.

Em carta ao escritor português Fidelino de Figueiredo (1888-1967), de 25 de abril de 1931, escrita a partir da Universidade de Stanford, na Califórnia, Freyre demonstra plena adesão intelectual e emocional a Ganivet:

Não morro de amores pelo Unamuno mas Ganivet é um dos meus grandes, um dos meus profundos entusiasmos, e há seis ou sete anos, quando ainda escrevia na minha areia de praia provinciana, escrevi umas notas sobre essa grande alma de espanhol. Eu andava então todo interessado em animar na minha gente um espírito local, regionalista, um provincianismo criador, sem prejuízo do sentimento mais largo, brasileiro, e até hispânico, e quando descobri Ganivet por mim mesmo, pois nunca vira referência nenhuma a ele em português, foi uma alegria enorme. (...) [Ganivet é] o mais colorido e plástico na expressão quando devia ser (...) criado e nascido num ambiente de muito mais beleza e cor. No exílio meu ganivetismo ainda mais se aguçou (DIMAS, 2011, p. 144).

Menos apreciado por Freyre em comparação a Ganivet, Miguel de Unamuno (1864-1936), embora não fosse necessariamente um defensor da unidade política da Península Ibérica, definia a *hispanidad* como uma unidade espiritual entre todos os povos peninsulares, apesar das diversidades. Para Unamuno, existiria uma “raça hispânica”, que ele chamava de “raça espiritual” e “transnacional”, que incluiria todas as “nações” peninsulares, os povos hispano-americanos e o Brasil (BARAHONA, 1965, p. 53). A ideia de que os povos de matriz ibérica – na Europa, nas Américas, na África ou no Oriente – seriam portadores de uma unidade cultural em meio à diversidade é cara a Freyre a ponto de refletir na lusotropicologia dos anos 1950 (SCHNEIDER, 2012).

As leituras iberistas, especialmente Ganivet, se não criaram, ao menos legitimaram um olhar empático em relação ao passado e faz ácidas referências em relação à modernidade burguesa. O desconforto em relação ao liberalismo e ao moderno capitalismo liga-se ao diálogo que Gilberto Freyre empreendeu com obras espanholas não apenas de Ángel Ganivet e de Miguel de Unamuno, mas também de Ortega Gasset y Gasset (1883-1955) e de Pio Baroja (1872-1956), para não falar de portugueses como Antonio Sardinha (1887-1925) e o próprio Fidelino Figueiredo, de algum modo igualmente iberistas.

Para esses ensaístas, a discussão sobre a crise ibérica da virada do século XIX para o XX foi particularmente importante (ESTEBAN DE VEGA; MORALES MOYA, 1999). A derrota para os Estados Unidos na guerra de Cuba aguçou o debate e levou intelectuais espanhóis e hispano-americanos

a discutirem a decadência ibérica, tema caro à chamada “Geração de 1898” (CAPELATO, 2003). Em Portugal, o tema da decadência tem largas implicações, que não cabe aqui analisar, mas convém destacar que esse sentimento foi potencializado pelo Ultimato Britânico, em 1890, quando a Inglaterra impôs severos limites às pretensões territoriais portuguesas na África.

Na Espanha, a derrota de 1898 foi particularmente traumática. Freyre deu seguidas mostras de conhecer esse debate, em particular da obra de Ángel Ganivet, autor que via na própria tradição ibérica respostas para seus questionamentos. Uma série de trabalhos tem mostrado as relações que Freyre estabeleceu com o pensamento iberista, também conhecido como hispanismo, cuja crítica à modernidade (inclusive à democracia política e à industrialização) encontraram em Freyre uma recepção calorosa (BASTOS, 2003, 2006; CRESPO, 2003; BAGGIO, 2012; SILVA, 2016; SCHNEIDER, 2021, 2020; GONZÁLEZ-VELASCO, 2021).

Para Ángel Ganivet, as culturas e os povos ibéricos não seriam decadentes, mas apenas diferentes em relação aos outros ocidentais. Ganivet afirma que “[...] la conservación de nuestra supremacía ideal sobre los pueblos que por nosotros nacieron a la vida es algo más noble y trascendental que la construcción de una red de ferrocarriles” (GANIVET, 1898, p. 108). A crítica de Ganivet à modernidade que inferiorizava os povos peninsulares em relação aos europeus do Norte, com seu progresso material, seria compensada pelo elogio à “espiritualidade” e à cultura popular dos povos ibéricos.

Existem, evidentemente, diferenças entre os iberistas, mas podemos definir o iberismo como a herança cultural peninsular, pré-burguesa, que contrapõe ou se justapõe à modernização burguesa. A cultura ibérica é definida como bicontinental, um outro Ocidente, em parte orientalizado em função da longa história mediterrânica, marcada por grande herança romana; mas também mulçumana, árabe e berbere; e até mesmo judaica. Quando, nesse texto, dissermos iberismo, seguindo Élide Rugai Bastos, nos referimos às singularidades históricas culturais herdadas da Península Ibérica, com destaque para a ideia da bicontinentalidade, marcada pela mestiçagem do próprio colonizador ibérico. Nesse sentido, Gilberto Freyre é um clássico “escritor ibérico” (BASTOS, 2002, p. 793-820).

Convém chamar atenção para um aspecto importante. Em Portugal e na Espanha, o termo iberismo ou iberista define os defensores da aproximação entre os dois países ibéricos, tema estudado por Sérgio Campos Matos no importante *Iberismos: Nação e Transação, Portugal e Espanha, c. 1807 - c. 1931* (2017). O sentido brasileiro (e latino-americano) e o sentido peninsular de iberismo naturalmente mantêm vasos comunicantes, mas, neste artigo, limito-me ao primeiro terreno.

Em *Interpretação do Brasil*, conferência realizada na Universidade de Indiana (EUA), em 1944, e publicada no Brasil em 1947, Freyre cita nominalmente Ángel Ganivet: “é procurando o Sul, a África, que Portugal e Espanha encontram a chave do seu futuro e a explicação do seu *ethos*” (FREYRE, 1947, p. 42). Em diferentes momentos, tanto em *Casa-grande & Senzala* (1933) como em *Sobrados e Mucambos* (1936), ou mesmo em *Nordeste* (1937), Freyre insiste na singularidade histórica e cultural do Brasil que não poderia ser resumida à cultura ocidental em referência às mestiçagens com africanos e indígenas. A própria Península Ibérica não seria plenamente ocidental: “[...] Espanha e Portugal, embora convencionalmente estados europeus, não foram nunca ortodoxos em todas as suas qualidades, experiências e condições de vida europeias ou cristãs – antes, por muitos e importantes aspectos, parecendo um misto de Europa e África, de cristianismo e maometismo” (FREYRE, 1947, p. 41).

Essa percepção da história dos “povos ibéricos” remetia à questão da bicontinentalidade peninsular: “entre dois climas, dois tipos de solo e de vegetação, duas raças, duas culturas, duas concepções de vida, dois complexos ecológicos [...]” (FREYRE, 1947, p. 51). Para Freyre, a experiência histórica do “bicontinentalismo étnico e cultural começada há séculos em Portugal tomou nova dimensão no Brasil: três raças e três culturas se fundiram em condições que, de modo geral, são socialmente democráticas, ainda que até agora permitindo apenas um tipo ainda imperfeito de democracia social [...]” (FREYRE, 1947, p. 190).

A concepção da bicontinentalidade de Portugal e Espanha já estava inteira no *Idearium Español* (1898), a obra maior de Ganivet, autor que Freyre admirava, como confirmam os biógrafos do pernambucano:

Freyre possuía quase toda obra do humanista e diplomata granadino. Faltava-lhe *Granada la Bella* e a correspondência de Ganivet com Unamuno. Mas tinha, entre outros livros, o *Idearium Español*, as *Cartas Finlandesas*, o *Epistolário* e *El escultor de su alma*. Chega a solicitar a Fidelino Figueiredo referência de livros mais recentes sobre Ganivet, completando que “é um dos meus grandes cultos. Seu suicídio é talvez o único que já me fez pensar na possibilidade (muita remota) do suicídio [...]” (Carta de Gilberto Freyre a Fidelino de Figueiredo, 25/4/1931) (LARRETA; GIUCCI, 2007, p. 398).

A visão aristocrática de Ganivet, um ácido crítico da modernização que ele considerava falsa – mecânica e postiça, contrária à espontaneidade e à criatividade ibéricas –, exerceu poderoso impacto sobre Freyre, como demonstra Élide Rugai Bastos, sobretudo em *Gilberto Freyre e o pensamento hispânico: entre Dom Quixote e Alonso El Bueno* (2003). Mas ainda falta compreender, no texto freyreano, os ecos do iberismo que o levaram a criticar a modernidade ocidental. Aqui está o esforço desse artigo.

O iberismo, no entanto, não foi o único fundamento da crítica à modernidade industrial. Freyre, na condição de estudante de graduação no Texas e de pós-graduação em Nova York, entre 1918 e 1922, teve contato com movimentos intelectuais do sul dos Estados Unidos, especialmente os *Agrarians*, um grupo que defendia a legitimidade e o valor cultural do *Old South*, região que, para eles, deveria manter-se imune ao utilitarismo liberal, ao industrialismo, ao individualismo e ao moralismo puritano que caracterizariam o norte dos EUA. Elizabeth Cancelli, em *O Brasil e os outros: o poder das ideias*, aprofunda o assunto.

Para os interesses deste artigo, vale a pena insistir que movimentos como o *Southern Renaissance* e os *The Agrarians*, ou ainda autores como Henry Mencken (1880-1956) e Amy Lowell (1874-1925), buscavam defender a cultura aristocrática e o modo de vida do *Old South*, com seus valores religiosos e comunitários, utilizando como plataforma discursiva textos de teor poético e memorialístico (SIQUEIRA, 2007, p. 168-197; CANCELLI, 2012, p. 134-160). Essa perspectiva guarda certas semelhanças com os iberistas, também defensores dos valores tradicionais ameaçados pela modernização ocidental. Se os *Agrarians* temiam o norte industrial dos Estados Unidos, os ibéricos temiam o mundo liberal, industrializador e urbano que emanava do norte da Europa, protestante. Já Freyre via com reservas a imigração europeia e a industrialização no sul e sudeste do Brasil⁴.

Essa sensibilidade às tradições e à vida privada de alguma maneira se relaciona com a vocação ensaísta de Freyre. Maria Lúcia Pallares-Burke observa que o jovem pernambucano, nos anos em que passou na Universidade Baylor, no Texas, conheceu, por meio do professor de literatura Andrew Joseph Armstrong, alguns dos grandes ensaístas de língua inglesa, como Lafcadio Hearn, George Santayana, William Butler Yeats e Walter Pater, que teriam marcado a reflexão de Freyre, sensível ao cotidiano, ao subjetivo, ao erótico, à casa, aceitando o ensaio como um gênero respeitável (PALLARES-BURKE, 2005, p. 64-65).

Desde *Casa-grande*, a questão da mestiçagem e da presença negra são tratadas por Freyre invertendo os polos: o que era visto como problema para se viabilizar as formas de vida modernas e ocidentais, passou a ser visto como autênticas manifestações de originalidade. Freyre transformou a mestiçagem brasileira de problema em vantagem, ao romper ou relativizar o peso do racialismo biologizante, gerando as condições teóricas e retóricas para positivar a experiência brasileira, em particular a mestiçagem “integradora” vivenciada com maior intensidade no Nordeste.

A operação central na argumentação de Freyre é a herança ibérica da mestiçagem, convertida em ativo histórico inigualável. A vocação dos portugueses para a miscigenação teria vindo da falta de “orgulho racial” dos antigos colonizadores lusitanos, cujo “passado étnico” teria sido marcado pela condição de “povo indefinido entre a Europa e a África” (FREYRE, 2006, p. 66), ideia em grande parte tributária dos iberistas espanhóis, especialmente Ganivet, como vimos.

Para o sociólogo pernambucano, os ibéricos seriam abertos à mestiçagem, como comprovariam as antigas relações com árabes e judeus ao longo do período medieval, de onde teria vindo uma certa tolerância e a plasticidade que nem a Inquisição conseguiu corromper, e foi transferida ao homem comum ibérico, alimentado pela mensagem cristã e católica, mais medieval que tridentina. A formação do Brasil e da América hispânica teria sido marcada por um contato colonizador “cristocêntrico”, mais gregário e comunitário, que Freyre considerava o inverso do cálculo moderno e do interesse econômico que caracterizaria os europeus do Norte.

Em carta ao amigo Sylvio Rabello (1899-1992), em 9 de setembro de 1937, Freyre declara seu amor à Espanha:

Da viagem à Espanha – dias intensos e até alguns riscos – falarei quando voltar. É o meu país – o que me completa o Brasil, superficial pela sua própria juventude histórica para quem tem, como eu, o gosto das origens, das raízes psicológicas do próprio ser. E esse gosto, é na Espanha onde eu melhor o satisfaço. Onde sinto as afinidades mais profundas. Cada vez me sinto mais hispânico. É uma luta profunda a que se trava na Espanha e que o simplismo de “luta de classes”, “esquerda” contra “direita” não explica. É mais que tudo isso porque é também o embate entre o elemento não europeu na Espanha e o europeu. É curioso como a Espanha não se aburguesou, mas ficou cavalheiresca e fidalga, sem se deixar influenciar muito pela industrialização da Europa burguesa. Mas estou me alongando sobre o assunto que me é mais caro e não tenho tempo. Depois da Espanha passei uns dias em Paris – dias sem interesse – e vim então para Londres, nesta Inglaterra que é outro lugar que eu amo, embora não seja um amor como o que tenho pela Espanha (RABELLO, 1978, p. 233).

A Espanha, naquele momento, vivia em plena guerra civil e os argumentos de Freyre não podem ser confundidos com a ditadura franquista que viria depois. Porém, não é possível ignorar certa proximidade entre a sensibilidade freyreana e a defesa da tradição ibérica e da Espanha profunda com o ideário conservador mobilizado pelo franquismo, que se firma como regime autoritário apenas em 1939, período portanto posterior à carta em questão.

Convém ainda observar que Freyre – ao contrário do regime de Francisco Franco, que esmagou as regionalidades – sempre foi, como Ganivet havia sido, um defensor da legitimidade das regiões, menos como unidade política e mais como dimensão cultural e histórica, portadora de um *ethos* herdado do passado. Seja como for, é importante observar o elogio contido na seguinte passagem: “a Espanha não se aburguesou, mas ficou cavalheiresca e fidalga, sem se deixar influenciar muito pela industrialização da Europa burguesa”. O modo como Freyre vê a relação entre a “Espanha” e a “Europa burguesa” assemelha-se com a maneira como ele leu as diferenças entre o nordeste e o centro-sul do Brasil, especialmente Rio e São Paulo, regiões em processo de modernização.

Em *Nordeste*, publicado no mesmo ano em que escreveu a carta ao amigo Rabello, Freyre refere-se ao complexo açucareiro como uma região em que “o homem nobre, dono de engenho” imprimiu um aspecto “aristocrático, cavalheiresco, embora um aristocratismo, em certos pontos, mórbido, e um cavalheirismo às vezes sádico” (FREYRE, 1937a, p. 11). Freyre identifica os signos aristocráticos até nos animais que a colonização impôs: “O cavalo dava ao aristocrata do açúcar, quando em movimento ou em ação, quase a mesma altura que lhe dava o alto da casa-grande nas horas de descanso. Para tal efeito, devia ser majestoso no porte e belo nas formas o cavalo do senhor” (FREYRE, 1937a, p. 88).

A crítica aos valores modernos e ocidentais ajudou Freyre a construir um olhar simpático à preservação da arquitetura colonial e dos traçados urbanos não geométricos das velhas cidades então ameaçadas pela modernização, como a realizada pelo prefeito Pereira Passos, no Rio de Janeiro do início do século XX. Para Gilberto Freyre, a descaracterização do Recife antigo, com suas edificações, ruas e vielas de nomes populares, parecia-lhe profundamente negativa, pois a velha cidade expressaria uma tradição cultural assentada na história. A criação do Centro Regionalista do Nordeste (1924), a publicação do *Livro do Nordeste* (1925) e a realização do Primeiro Congresso Regionalista do Nordeste, em fevereiro de 1926, vão nessa direção e tem em Freyre um de seus mais importantes líderes. A obra de Freyre, na década de 1930, guardará nítidas marcas do signo da preservação.

A obra de Gilberto Freyre, entre as décadas de 1920 e 1940, é portadora, portanto, de um pronunciado mal-estar em relação ao Ocidente vencedor, protestante, moderno, industrial, urbano e cientificista. Para Freyre, países ocidentais como a França, a Inglaterra e os Estados Unidos teriam criado valores identificados com a democracia política, como o sufrágio universal, o Estado de Direito, a igualdade jurídica. Já países ibéricos, como o Brasil e outros países latino-americanos herdeiros da Península, teriam inventado uma espécie de “democracia social”, decorrente de antigas tradições comunitárias, na qual a convivência inter-racial não excluiria a hierarquia. O Brasil, em particular o Nordeste, é apresentado por Freyre como exemplo de uma sociedade mestiça, supostamente não racista e integradora, o Brasil mais brasileiro (SCHNEIDER, 2020, p. 176).

O olhar empático em relação ao passado, mesmo quando crítico, é marcado pela filia frente ao legado ibérico que, no plano local, se manifesta no olhar positivo em relação ao universo da casa-grande e seus personagens, suas matas, seus homens e mulheres, seus bichos, sua cozinha. Lembremos que esse Nordeste é percebido como decadente, cuja tradição, poder e prestígio sucumbem ante os efeitos econômicos, culturais e políticos determinados pelo Ocidente moderno, destruidor de antigas “harmonias”, em função dos ventos dissolventes que emanavam da “Europa carbonífera e burguesa”, bem como do “imperialismo dos Estados Unidos”, como Freyre escreveu nos artigos de jornais sobre Argentina, Uruguai e Paraguai, em 1941 e 1942, reunidos em *Americanidade e latinidade da América Latina e outros textos afins* (2003).

Freyre comparou a capital paraguaia, Assunção, a Charleston, na Carolina do Sul: “[...] a cidade [...] mais aristocrática dos Estados Unidos (...) animada ainda hoje, de um desdém soberano pelos *yankees* que venceram a Guerra Civil e tornaram-se donos das indústrias, do comércio e das companhias de navegação do sul patriarcal” (FREYRE, 2003, p. 64). Já Buenos Aires e São Paulo lhe pareceram metrópoles descaracterizadas, burguesas, modernas e industriais (BAGGIO, 2012).

Em *Sobrados e Mucambos* (1936), publicado apenas um ano antes de *Nordeste*, Freyre tematiza o declínio da tradição patriarcal ante o processo de urbanização e “ocidentalização” da vida brasileira por meio da influência da Europa “burguesa”. No livro, Freyre narra o declínio do “patriarcalismo rural”, que ele considerava legítimo e profundo, em linha com a velha civilização herdada da Península Ibérica, para dar lugar ao “patriarcalismo urbano”, um mundo em transformação, em que se bebia “cerveja e comia-se pão como um inglês”, e tudo o que era “português ou oriental” transformava-se em “mau gosto”, para o lamento do autor (FREYRE, 1990, p. 336).

O regionalismo freyreano não pode ser confundido com o estadualismo – no sentido político do federalismo ou mesmo da oligarquia pré-Revolução de 1930 –, mas pode ser considerado uma forma de resistência às políticas centralizadoras, modernizantes e industrializadoras da Era Vargas (MESQUITA, 2018, p. 45). A percepção freyreana de região não apresenta perspectivas políticas e institucionais, mas, sim, culturais, econômicas e simbólicas. A região de Freyre é o mundo do latifúndio açucareiro, da Bahia ao Rio Grande do Norte, com Pernambuco ao centro, não só geográfico, mas simbólico e cultural.

O autor empenhava-se em valorizar a diversidade étnica e regional como características positivas da formação brasileira, defendendo o Nordeste açucareiro, mais ibérico e mais mestiço, como uma espécie de Brasil mais autêntico e mais original, justamente no momento em que as elites do centro-sul, especialmente de São Paulo, assumiam projetos modernizadores e industrialistas, recebiam imigrantes e se fortaleciam, tanto política como econômica e culturalmente. Em *Região e tradição* – livro que reúne artigos de jornal publicados ao longo das décadas de 1920 e 1930, também editado pela Coleção Documentos Brasileiros, em 1941 –, Freyre elogia as casas-grandes como exemplo de habitação adaptada aos trópicos, em franca contestação a “certas casas modernas do Rio e de outras partes do Brasil, com o excesso de vidros”. Para Freyre, “a velha tradição moçárabe que a colonização portuguesa nos transmitiu, de muita parede e de pouca vidraça – que até de longe dói na vista. A casa, nos trópicos, sem o seu bocado bom de sombra, me parece um fracasso – seja casa de residência ou edifício público” (FREYRE, 1941, p. 33).

A crítica à modernidade ocidental, fundada na valorização da herança ibérica e na defesa do Nordeste, é recorrente na obra de Gilberto Freyre, de modo mais intenso do que sugere a crítica gilbertiana, excessivamente concentrada em *Casa-grande & Senzala* (1933). A leitura das obras menores e dos artigos de jornais escritos por Freyre nos dez anos anteriores e posteriores a *Casa-grande* alteram a própria percepção do livro e contribuem decisivamente na compreensão da perspectiva iberista, logo regionalista e preservacionista, senão mesmo conservantista, presente na obra de Freyre, mas que se manifesta de maneira particularmente clara em *Nordeste*.

No âmago de *Nordeste*, o livro de 1937

Gilberto Freyre, ao longo de sua obra, introduzia mudanças às vezes significativas nas novas edições de seus livros – e não foi diferente com *Nordeste*. Para os limites deste artigo, importa a edição de 1937, a primeira, profundamente marcada pelas condições do debate intelectual da década de 1930. Por essa razão, todas as citações pertencem à primeira edição. Já no prefácio de *Nordeste*, Freyre deixa claro qual é o espaço físico e cultural do qual se ocupa: “Aqui apenas se tenta esboçar a fisionomia daquele Nordeste agrário, hoje decadente, que foi, por algum tempo, o centro da civilização brasileira. Do outro Nordeste traçará o perfil para esta coleção um dos conhecedores mais profundos de sua formação social – Djacir Menezes” (FREYRE, 1937a, p. 10).

De fato, por intermédio de Gilberto Freyre, *O outro Nordeste: ensaio sobre a evolução social e política do Nordeste da “civilização do couro” e suas implicações históricas nos problemas gerais*, de Djacir Menezes (1937), foi publicado como o volume 5 da Coleção Documentos Brasileiros. Portanto, não é o Nordeste árido gravado na memória intelectual do país desde *Os Sertões* (1902), de Euclides da Cunha, tampouco o Nordeste celebrizado pelo cangaço e pelo messianismo popular que interessava a Freyre, mas, sim, o Nordeste “gordo” e “oleoso”, o Nordeste úmido da cana-de-açúcar e da Zona da Mata:

A palavra “Nordeste” é hoje uma palavra desfigurada pela expressão “obras do Nordeste” que quer dizer: “obras contra as secas”. E quase não sugere senão as secas. Os sertões de areia seca rangendo debaixo dos pés. Os sertões de paisagens duras doendo nos olhos. Os mandacarus. Os bois e os cavalos angulosos. As sombras leves como umas almas do outro mundo com medo do sol.

Mas esse Nordeste de figuras de homens e de bichos se alongando quase em figuras de El Greco é apenas um lado do Nordeste. O outro Nordeste. Mais velho que ele é o Nordeste de árvores gordas, de sombras profundas, de bois pachorrentos, de gente vagarosa e às vezes

arredondada quase em sanchos-panças pelo mel de engenho, pelo peixe cozido com pirão, pelo trabalho parado e sempre o mesmo, pela opilação, pela aguardente, pela garapa de cana [...].

Um Nordeste onde nunca deixa de haver uma mancha de água: um avanço de mar, um rio, um riacho, o esverdeado de uma lagoa. Onde a água faz da terra mais mole o que quer: inventa ilhas, desmancha istmos e cabos, altera a seu gosto a geografia convencional dos compêndios (FREYRE, 1937a, p. 21-22).

Sediado no Recife, mas já com audiência nacional, Freyre não escreveu *Nordeste* apenas para um público local, mas buscava estabelecer uma imagem da região para além de suas fronteiras. O autor procurava desfazer uma imagem do Nordeste construída no Rio e em São Paulo que estava associada ao flagelo da seca, como nas crônicas publicadas por Paulo de Moraes Barros, em 1923, no jornal *O Estado de S. Paulo*. Intituladas *Impressões do Nordeste*, as crônicas associam a região ao atraso – “com seus desertos, sua ignorância, sua falta de higiene, sua pobreza, seu servilismo” –, em oposição ao progresso de São Paulo.

Não é caso de insistir na imagem da seca, já estudada por Frederico de Castro Neves (2012) e também por Durval Muniz de Albuquerque (1999) em *A Invenção do Nordeste*, mas frisar que o Nordeste de *Nordeste* é o da monocultura da cana-de-açúcar em suas relações ecológicas, sociais, históricas e culturais, onde a “doçura das terras de massapê contrasta com o ranger da raiva terrível das areias secas dos sertões” (FREYRE, 1937a, p. 23).

Durval Muniz observa a inovação de Gilberto Freyre: um regionalismo de tipo novo, nascido da reorganização dos saberes, já ligado ao debate em torno do nacional-popular: “Seu regionalismo não é mera justificativa ideológica de um lugar social ameaçado, e sim uma nova forma de ver, de conhecer e de dizer a realidade, só possível com a emergência da nação, como o grande problema a ser respondido” (ALBUQUERQUE, 1999, p. 101). Para Durval, das páginas de *Nordeste* nasce uma região impressionista, produzida por um narrador potente e inovador, capaz de superar o naturalismo cientificista, dos determinismos raciais e climáticos. Da sociologia freyreana, surge um Nordeste portador de “fisionomia, ritmo e harmonia” singulares. Ele ainda afirma que:

Para Freyre, o Nordeste voltaria a ser uma região criadora, desde que recuperasse suas tradições e praticasse o verdadeiro regionalismo, não o estadualismo. É clara a intenção do autor em unificar o discurso regional em torno de Pernambuco. O regionalismo, segundo ele, era uma reação ao processo de standardização da vida, patrocinada pelo imperialismo, e resistência à visão de superioridade cultural que este carrega. Partindo da questão da cultura nacional, justifica o regionalismo como uma atitude contra a colonização cultural do país” (ALBUQUERQUE, 1999, p. 104).

Embora a pernambucanidade de Freyre seja evidente, Durval se equivoca ao supor uma escala excessivamente pernambucana ao *Nordeste* de Freyre. Teria sido no “extremo Nordeste”, como Freyre se refere às zonas açucareiras do litoral, em que “primeiro se fixaram e tomaram fisionomia brasileira os traços, os valores, as tradições portuguesas que junto com as africanas e as indígenas constituiriam aquele Brasil profundo, que hoje se sente ser o *mais brasileiro*” (FREYRE, 1937a, p. 29). É o próprio Durval quem observa que, no discurso de Freyre, o Nordeste “deixava de ocupar uma posição de subalternidade para formação da nacionalidade” na medida em que a região era apresentada como o “mais brasileiro” dos Brasis, pois fundada, mais que as outras regiões, na mestiçagem e na tropicalidade, sem deixar de ser profundamente ibérico.

Era como Ganivet imaginava a sua Andaluzia, onde o conquistador cristão e o conquistado mudéjar já se encontravam fundidos nos modos de vida. Do intelectual granadino teriam vindo “el individualismo; el espíritu regionalista territorial; el personalismo anárquico; el iberismo peninsularista espiritual” (GONZÁLEZ-VELASCO, 2021, p. 320). Para Freyre, a colonização ibérica, antiga, pré-burguesa e cristocêntrica, mais nítida no nordeste que no centro-sul do Brasil, teria produzido uma cultura original, “mais brasileira”, como aparece em *Nordeste*. Essa equação, entre outras coisas, tem o poder de valorizar a região frente ao restante do país, minimizando o sentimento de inferioridade.

Os seis capítulos do livro exploram as questões que orbitam em torno da atividade açucareira: “1 – A cana e a terra”; “2 – A cana e a água”; “3 – A cana e a mata”; “4 – A cana e os animais”; “5 – A cana e o homem”; “6 – A cana e o homem (conclusão)”. Em estilo inconfundível, Freyre estabelece um texto ao mesmo tempo literário e científico, empenhado em mostrar a maneira como a lavoura canavieira, e tudo que com ela vinha, expandiu-se sobre a Mata Atlântica.

Nordeste, sem deixar de ser documental e erudito, tem seu texto como fruto de contato íntimo e emocional, antropológico e ecológico. Não é um estudo historiográfico, no sentido metódico, com recortes temporais precisos. Freyre está interessado na paisagem natural, mas também cultural e histórica, capaz de refletir a diversidade dos habitantes. O trabalho “exigiu pesquisas pelos arquivos regionais e portugueses; esforços de investigação; várias excursões pelas velhas zonas de plantação de cana”, mas era também um livro “quase todo impressionista” (FREYRE, 1937a, p. 10). A referência ao impressionismo relaciona-se ao próprio método analítico freyreano, que podemos definir como ensaístico, ou seja, uma abordagem simultaneamente subjetiva e intuitiva, permeada por suas memórias, como também crítica e erudita, mas sem ceder ao cientificismo ortodoxo e disciplinar, seja positivista ou historicista.

Não é o objetivo deste artigo aprofundar a discussão sobre a dimensão ensaísta do pensamento de Freyre, já amplamente estudado, com destaque para Fernando Nicolazzi (2011) e Ricardo Benzaquen de Araújo (1994), embora ambos se concentrem em *Casa-grande & Senzala*. Se concordarmos que “abertura, fluidez e ambiguidade” (VICENTE, 2005) são características do ensaio, não resta dúvida que se aplicam a *Nordeste*, uma obra que não é puramente “científica” (com seus métodos positivos, formalização e recortes), nem é meramente estetizante. Ou seja, é uma articulação entre literatura e ciência, em que convivem ambiguidades e tensões.

Freyre articula um conhecimento interdisciplinar, sem usar a palavra, aberto a articulações entre a História, a Geografia, a Ecologia e a Sociologia, mobilizado no intuito de decifrar signos. Mais do que o rigor objetivo, documentado e estatístico, Freyre quer uma síntese fundada antes na compreensão e na interpretação do que na explicação, talvez mais interessado em convencer do que “provar”. Se, por um lado, o ensaísmo de Freyre implicava evidente risco de generalizações, por outro, sua oposição ao cientificismo e ao formalismo confere ao texto um tom moderno e ousado. *Nordeste* é um ensaio porque articula uma reflexão subjetiva e intuitiva, sem deixar de ser crítica e erudita, cuja narrativa comporta laivos poetizantes, mas nunca formalistas e herméticos.

A obra de Freyre dos anos 1930, sem recusar a pesquisa empírica e as fontes documentais, investe na oferta ao leitor de uma proposta interpretativa capaz de explicar os grandes dramas existenciais do país ou da região, cuja linguagem é modernista, pois marcada por uma dupla recusa: por um lado, nega o cientificismo positivista e, por outro, afasta-se da retórica pomposa, bacharelesca ou “parnasiana”. A linguagem, ao contrário do distanciamento científico, propõe uma proximidade emocional, íntima, em que o tom coloquial, permeado pela oralidade, empresta um sentido devocional no qual, tacitamente, aceita-se uma concepção não dogmática de verdade.

No prefácio da edição de *Casa-grande*, em 1936, Freyre afirma, referindo-se ao livro: “Como método de interpretação do material, o autor procurou seguir principalmente o objetivo; mas, em alguns pontos, o introspectivo, à maneira de certos *estudos espanhóis* [grifo meu], em que se sente uma como extensão da técnica de análise mística aos esforços de interpretação do passado e da vida nacional” (FREYRE, 1936, p. LXV). Por “estudos espanhóis”, Freyre provavelmente faz referência a Ángel Ganivet e outros iberistas e, por “introspectivo”, refere-se à dimensão ensaística de sua prosa, aberta ao tom pessoal, marcada pelo personalismo ibérico. Não é porque Ganivet ou Unamuno não foram citados em *Nordeste* que a perspectiva empática em relação a herança ibérica não esteja perfeitamente delineada. A defesa que Gilberto Freyre fará do Nordeste se articula com uma percepção francamente positiva da herança ibérica.

Em *Nordeste*, Freyre busca demonstrar, no plano histórico, como a lavoura canavieira utilizou as terras, as águas disponíveis e as matas, com seus “bichos selvagens”, substituídos por outros, como bois e cavalos. A colonização substituiu os homens pois as populações indígenas foram expulsas para os sertões ou mesmo eliminadas em nome do açúcar: “Engenhos favorecidos por tudo: boas manchas de terra, boas águas, boas matas, o mar perto, Olinda perto, os índios longe” (FREYRE, 1937a, p. 48).

O interesse do *Nordeste* de Freyre – que “vai do Recôncavo ao Maranhão, tendo o seu centro em Pernambuco” (FREYRE, 1937a, p. 22) – é o mundo que a cana-de-açúcar ensinou, com suas relações sociais e econômicas, ambientais e culturais, gerador de uma sociedade escravocrata que acabou por transformar inteiramente a Zona da Mata desde os tempos coloniais. Chama a atenção o elogio, inclusive genético, aos colonizadores portugueses:

É claro que o triunfo do açúcar no extremo Nordeste foi favorecido por um grupo de circunstâncias, e não por um elemento só: pela proximidade da Europa como pelo contato fácil com a África, fornecedora de escravos; pela qualidade do elemento colonizador europeu – a parentela de Duarte Coelho e de dona Beatriz, gente boa e sã, habituada à vida rural e ao trabalho agrícola, gente talvez geneticamente superior aos simples artesãos [...] (FREYRE, 1937a, p. 26).

Apesar da ruptura com o paradigma científico-racialista operado pelo autor em *Nordeste*, sobrevivem na obra aspectos da retórica biologizante, patente em uma fotografia de um “tipo de mestiço eugênico do Nordeste” (FREYRE, 1937a, p. 191). Como se pode ver na citação a seguir, é surpreendente, para um autor que havia rompido com o primado biologizante da raça, a presença de termos herdados do cientificismo racialista como “nórdicos”, “pardos cacogênicos”, “dólicos e, principalmente, de mesocéfalos”:

Mas entre os mercenários, entre os soldados, entre os aventureiros e marítimos estariam elementos sãos, animais vigorosos, nórdicos de bela estampa, que teriam deixado no Nordeste bastardos do tipo dos mulatos da África holandesa estudados por Fischer, sararás bonitos, mestiços eugênicos e nem sempre moleques feios, pardos cacogênicos, mestiços desengonçados.

Para o número, possivelmente maior no Nordeste da cana-de-açúcar do que no outro, de dólicos e principalmente de mesocéfalos, parece ter concorrido – talvez com outras influências, do meio e da dieta [...] (FREYRE, 1937a, p. 168).

Além das questões mais gerais que orbitam em torno da obra de Gilberto Freyre, dois temas marcam *Nordeste*: a) a região e regionalidade e b) a questão ecológica.

Tratemos primeiro de um tema caro à década de 1930: as relações entre regionalismo e o centralismo. Naquele momento, crescia o projeto político centralizador, industrializante e nacionalista que culminaria no Estado Novo, em 1937. Freyre publica *Nordeste* não apenas em defesa da região açucareira, mas pelo franco reconhecimento da diversidade regional que compõe a formação brasileira. Observemos o último parágrafo do livro:

A antiga civilização do açúcar no Nordeste, de uma patologia social tão numerosa, dá-nos essa mesma impressão, em confronto com as demais civilizações brasileiras – a pastoril, a das minas, a da fronteira, a do café. Civilizações mais saudáveis, mais democráticas, mais equilibradas quanto à distribuição da riqueza e dos bens. Mas nenhuma mais criadora do que ela, de valores políticos, estéticos, intelectuais (FREYRE, 1937a, p. 220).

Ao falar em formações históricas distintas – “a pastoril, a das minas, a da fronteira, a do café” –, Freyre está justamente chamando atenção para a pluralidade histórica da formação do Brasil, sem recorrer ao contestado estadualismo oligárquico da Primeira República. Além da escala nacional, a mestiçagem historicamente em curso no país incorporaria duas outras escalas: uma regional (nordestina, “mais brasileira” porque mais mestiça) e outra internacional (própria de todas as “civilizações” ibérico-latinas, elas mesmas já mestiças desde antes das grandes navegações). Em *Nordeste*, de maneira mais clara do que já havia afirmado em *Casa-grande ou Sobrados e Mucambos*, a mestiçagem é vista como herança da “doçura portuguesa” em relação à “gente de cor”, apesar do escravismo açucarocrata:

[...] já se disse que foi principalmente a doçura maior do português com relação à gente de cor; o hibridismo em que se abrandou tão cedo a colonização do Brasil, mesmo onde ela foi mais aristocrática pela sua origem e pela distância social imposta pela técnica de produção a senhores e escravos, a brancos e homens de cor (FREYRE, 1937a, p. 144).

Convém observar, seguindo Roberto Motta, que as noções de tolerância e mestiçagem ou “confraternização de raças” não advêm de atitude moderna e igualitarista, à maneira de certas tradições intelectuais do pensamento ocidental, de herança iluminista (MOTTA, 2013, p. 151). Seria antes um efeito de uma cultura ibérico-católica, patriarcal, arcaica e tradicionalista, embora Freyre estivesse longe de ser um conservador clássico, ainda que o fosse, em certo sentido. Seja como for, essa perspectiva, sintetizada no termo iberista, é uma constante na obra de Freyre, marcada pela defesa das tradições luso-mestiças, formadoras do que ele chamou de uma “metarraça”, “adaptada aos trópicos”, herdeira de uma rica tradição histórica e cultural, mais autêntica. “Metarraça” que se mantivera intocada pela imigração que, por um lado, era um fator de modernização no “Sul”, mas, por outro, desfiguraria a autenticidade cultural, pois “[...] a desvantagem de não ter contado com imigrantes que lhe substituíssem a força, de repente estancada, do trabalho escravo, fez do Nordeste ‘refúgio da alma do Brasil’, de que fala Oliveira Lima⁵ em livro de mocidade”.

A ausência de grandes fluxos migratórios no Nordeste teria permitido, argumenta Freyre, que “aqui se fortalecesse, mais do que no Sul, a brasilidade; o espírito, o sal, o tempero mais vivo que já se sente ir animando uma cultura distintamente brasileira, saída da região mais endogâmica do país [...]” (FREYRE, 1941, p. 193). A tese tantas vezes reafirmada de que o Nordeste seria a região “mais brasileira”, apesar das “patologias”, em período de intenso nacionalismo – tanto no plano nacional, como internacional –, não é de modo algum trivial. A propósito, as relações entre Gilberto Freyre e o governo Vargas são complexas e nuançadas.

Em 1930, Freyre era secretário do governador de Pernambuco, Eptácio Coimbra, que foi derubado pelo movimento que conduziu Getúlio Vargas ao poder. Freyre teve de fugir e exilou-se em Portugal na companhia do governador deposto. No entanto, com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), em 1937, Freyre foi convidado pelo amigo Rodrigo Melo Franco a se tornar representante do Serviço na 4ª Região, sediada em Pernambuco. Os vínculos de Freyre com o SPHAN se estenderam de 1937 a 1955⁶ (MESQUITA, 2018). Freyre, no primeiro número da *Revista do SPHAN*, em 1937 – mesmo ano da publicação de *Nordeste*, note-se –, deixa explícito o olhar terno para o passado português ainda vivo:

Um povo com capacidade única de perpetuar-se em outros povos. Dissolvendo-se neles a ponto de parecer ir perder-se nos sangues e nas culturas estranhas mas ao mesmo tempo comunicando-lhes tantos dos seus motivos essenciais de vida e tantas das suas maneiras mais profundas de ser que, passados séculos, os traços portugueses se conservam na face dos homens e na fisionomia das casas, dos móveis, dos jardins, das embarcações, das formas de bolo [...]. A arquitetura religiosa portuguesa conservou-se no Brasil quase sem alteração. A militar, igualmente. Nas próprias casas-grandes patriarcais, tão cheias de combinações novas e de diferenciações às vezes profundas, os traços predominantes conservaram-se os portugueses. [...] Esse poder de persistência na arte portuguesa é admirável e merece ser estudado com amor e vagar, no Brasil como nos outros países de colonização lusitana (FREYRE, 1937b, p. 41-42).

Não é do interesse deste artigo explorar as relações entre Gilberto Freyre e o governo Vargas, bem estudadas por Gustavo Mesquita (2018), mas apontar o sentido preservacionista movido por um olhar empático ao passado (ibérico e colonial). A obra de Freyre foi importantíssima na “rotinização” (BOURDIEU, 2007) da mestiçagem e do mestiço, convertidos em símbolos positivos da cultura brasileira, em linha com o próprio discurso varguista, especialmente no Estado Novo (1937-1945). O elogio à mestiçagem passa pela vida privada, geradora de um conjunto de valores sociais, culturais e artísticos que o Estado, naqueles anos, buscava promover, mas também controlar. Tanto o regime quanto Freyre buscavam valorizar o catolicismo, o futebol e manifestações da cultura popular como o frevo e o samba.

Chama a atenção o desejo de Gilberto Freyre em privilegiar o Nordeste em termos de preservação patrimonial e não o barroco mineiro, como de fato veio a ocorrer. Para o autor, o patrimônio arquitetônico nordestino era mais antigo e mais significativo do que o mineiro. Nem mesmo a figura de Aleijadinho, que Freyre chamou de “mulato ressentido”, escapou de suas críticas. Para ele, as criações de Aleijadinho seriam pouco potentes, pois “devedor dos valores que rejeitava” e distante dos “mulatos plebeus”. Freyre também minimizou a presença das bandeiras e da tradição jesuítica, que associava aos paulistas, como fonte da identidade nacional. Para Regina Horta Duarte, na definição de patrimônio histórico, “Freyre foi uma voz dissonante, pois reivindicou para o Nordeste um papel muito maior do que lhe foi conferido” (DUARTE, 2005, p. 136).

Para o sociólogo pernambucano, a defesa da regionalidade não é excludente, nem absoluta, pois Freyre não nega os vínculos da região com o país, nem deixa de considerá-la ligada à cultura ibérica e ibero-americana. Mas insiste que o Nordeste é o “sal” do Brasil, herdeiro mais profundo da Península Ibérica, ainda que “enriquecido” por africanos, indígenas, holandeses e depois ingleses – logo, aberto à diversidade –, mas sem desfigurar a sua condição de uma sociedade predominantemente luso-ibérica. E por ibérica fica contemplada a diversidade, pois a convivência do Ocidente com o Oriente, como pensava Ángel Ganivet, singularizaria essa cultura de fronteira.

Em diferentes textos e momentos, Freyre reafirma o incômodo com a padronização da modernidade ocidentalizante, as tonalidades cinzas e pretas dissolvendo as cores vivas dos azulejos e dos casarões de outrora. Freyre antipatizava com os projetos modernistas de cidades em linhas retas, com seus jardins geométricos, em pesadelos de regularidade e simetria. A passagem a seguir é para demonstrar o sentido de preservação do passado aristocrático dos senhores de engenho, visto como melhor que o presente de “ricaços” estrangeirados:

O Recife que chegou a ser, com os senhores de engenho dirigindo a província, um verdadeiro centro de cultura intelectual e artística, onde o estrangeiro sofisticado se sentia melhor do que no Rio – é o depoimento de Burke, pelo menos –, vai se achatando entre as cidades mais inexpressivas da República, com os ricaços morando em palacetes normandos e chalés suíços, com as igrejas velhas do tempo da colonização transformadas em igrejas góticas, com as ruas e os parques sombreados de *fico benjamim* e de eucalipto ou enfeitados de vitória-régia do Amazonas. Desapareceu do Recife todo o sentimento de expressão regional que chegou a ter como poucas cidades na América (FREYRE, 1937a, p. 193).

O sentido de preservação do passado – da velha cidade colonial às florestas, do patrimônio histórico à cozinha⁷ – está no coração não apenas de *Nordeste*, mas de grande parte da produção de Freyre desde a década de 1920. Freyre conferiu singular importância à comida: “Degradou-se. Em vez de açafraão, a comida parece que leva cinza. O alimento de lata vem de tal modo substituindo o pilado e feito em casa que até em casas de engenho o estranho é recebido com doce de fábrica” (FREYRE, 1937a, p. 194).

O sentido regionalista e preservacionista também aparece na visão gilbertiana da cidade, como se pode ver no *Guia prático, histórico e sentimental da cidade do Recife*, cuja primeira edição é de 1934. Nos diversos textos do período, percebe-se um olhar simpático para as formas culturais alternativas à modernidade burguesa. A mesma percepção que o leva a lamentar o declínio da velha cidade colonial (ou da antiga cozinha) é transferido para o meio ambiente, em que a poluição dos rios e a vasta degradação da mata estariam levando não só ao desaparecimento de árvores e animais nativos, mas ao próprio ecossistema no qual os colonizadores ibéricos se instalaram.

Freyre foi um dos primeiros intelectuais brasileiros a refletir sobre questões ecológicas, ao propor adequada arborização dos espaços urbanos ajustados ao calor, manutenção de matas ciliares e reservas hídricas, sempre interessado em adequar o manejo ao clima tropical. O olhar poético e empático em relação ao passado, entretanto, não elimina a crítica ao “drama da monocultura no Nordeste do Brasil”:

Poucas dessas madeiras foram utilmente aproveitadas para trave de casa-grande, roda-d’água de engenho, carro de boi. Grande parte foi a coivara que simplesmente desmanchou em monturo; foram as fornalhas de engenho que engoliram; os portugueses que levaram para construir navio e porta de convento em Portugal. [...] A cana começou a reinar sozinha sobre léguas e léguas de terras avermelhadas pela coivara. Devastadas pelo fogo.

Em estado de variedade, tudo se concilia e se compensa. Em estado de monocultura absoluta, tudo se desequilibra e se perverte na vida de uma região. A história natural – como a social – do Nordeste da cana, nestes quatro séculos, é uma história de desequilíbrio, em grande parte causado pelo furor da monocultura. Suas fomes, algumas de suas secas e revoluções são aspectos desse drama.

Não que a cana fosse aqui um intruso ou um indesejável [...]. Ao contrário: a cana é um dos casos de transplantação mais felizes.

Encontrou aqui terra ótima. O drama que se passou e se passa ainda no Nordeste não veio do fato da introdução da cana, mas do exclusivismo brutal em que, por ganância de lucro, resvalou o colono português, estimulado pela coroa na sua fase já parasitária (FREYRE, 1937a, p. 66).

Nordeste foi escrito sob uma perspectiva preservacionista e ecológica, mas uma ecologia atravessada pelas relações sociais. Em nenhum momento, por exemplo, Freyre propõe parques que afastem as pessoas das matas. Em diferentes trechos do livro, o autor comenta a indiferença dos colonos brancos pela natureza. Só os “caboclos” conheciam os nomes das árvores, das ervas ou dos animais silvestres vistos como inimigos, pois vivia-se em “estado de guerra entre o homem e a mata”. Nem ao redor das casas havia árvores em abundância, e as cidades eram mal arborizadas: “Essa distância entre o colono branco e a mata, entre o dono de terra e a floresta, explica o nosso quase nenhum amor pela árvore ou pela planta da região, quando se trata de arborizar as ruas das cidades do litoral” (FREYRE, 1937a, p. 70).

Para Freyre, a monocultura da cana impôs relações sociais, ambientais e humanas marcadas pela destruição (de matas e homens), mas também de criação (uma cultura popular e erudita, já brasileiras, uma civilização tropical estável), embora o presente personificasse a decadência. Se é verdade que Freyre aponta para desequilíbrios, como a destruição ambiental causada pelo “drama da monocultura” desde os tempos coloniais, as condições de vida teriam ficado piores com a modernização promovida pelos usineiros, a ponto de considerar as condições de vida dos trabalhadores, nas modernas usinas, piores do que a vida no antigo engenho, pois, apesar da escravidão, haveria um senso de comunidade destruído pelo individualismo.

A verdade é que talvez em nenhuma outra região do Brasil a extinção do regime de trabalho escravo tenha significado tão nitidamente como no Nordeste da cana-de-açúcar a degradação das condições de vida do trabalhador rural e do operário. A degradação do homem. Da assistência ao escravo – assistência social, moral, religiosa, e até médica, que bem ou mal era praticada pela maioria dos senhores escravocratas no interesse das próprias terras, da própria lavoura, do próprio açúcar, da própria família (em contato direto com parte da escravaria e indireto com toda a massa negra) – quase não resta senão um traço ou outro, uma ou outra tradição mais sentimental do que efetiva, nos engenhos mais velhos, em uma ou em outra usina de senhor menos ausente do campo (FREYRE, 1937a, p. 189).

Como se pode ver, Gilberto Freyre assumia uma leitura afetiva e emocional em relação ao Nordeste antigo, mas uma crítica feroz à elite nordestina contemporânea, endinheirada e modernizadora. Em meio à crise e à perda de densidade econômica, o setor açucareiro nordestino dos anos 1930 dividia-se em dois: de um lado, os usineiros, mais modernos e capitalizados; de outro, os tradicionais senhores de engenho, em profunda crise. Freyre não hesita em posicionar-se ao lado dos velhos senhores:

O sistema de latifúndio moderno é o da usina: sua ânsia, a de “emendar” os campos de plantação da cana, uns com os outros, formando um só campo, formando cada usina um império; seu espírito, aquele militar, a que já se fez referência, do senhor latifundiário dominar imperialmente zonas maciças, espaços continuados, terras que nunca falem para o sacrifício da terra, das águas, dos animais, e das pessoas do açúcar.

Açúcar com A maiúsculo. Açúcar místico. Um açúcar dono dos homens, e não a serviço da gente da região. O usineiro é, em geral, um deformado pelo império do açúcar (FREYRE, 1937a, p. 75-76).

A percepção crítica em relação aos usineiros do Nordeste, a quem não deixou de acusar de aplicar calotes no Estado mediante flagrante corrupção, funciona como um eficiente exemplo da natureza muito peculiar do horizonte interpretativo do autor, ao mesmo tempo inovador e preservacionista, ou conservantista. Freyre leu o passado e o presente como um intelectual que derramava um olhar afetivo e emotivo sobre a região e seu passado, um *tópos* a partir do qual ele organiza um discurso regionalista, sem nunca ser antinacional ou antibrasileiro (D'ANDREA, 1992). Freyre defendia a legitimidade de velhas formas de vida que os primeiros colonizadores ibéricos trouxeram da Península e transformaram no Nordeste, um lugar que ele via ameaçado pela modernização, inclusive causada pelos usineiros, os filhos “modernos” dos senhores de engenho, a classe de homens mais poderosa do Nordeste, sobre quem Freyre dedica um olhar particularmente crítico:

O açúcar de usina parece que deixou de entrar com qualquer contingente na valorização da vida e da cultura do Nordeste [...], para ser apenas o sinal de – em tudo: a diminuição da saúde do homem; a diminuição das fontes naturais da vida regional; a diminuição da dignidade e da beleza da paisagem; a diminuição da inteligência, da sensibilidade, ou da emoção da gente do Nordeste, que hoje quando se manifesta é quase sempre em atitudes de crispação, de ressentimento e de revolta (FREYRE, 1937a, p. 193).

Gilberto Freyre termina *Nordeste* disposto a convencer os leitores – talvez, sobretudo, os leitores do “Sul” – de que, apesar da violência do colonialismo e da destruição ambiental e humana, a “civilização do açúcar” gerou formas estáveis e criadoras de vida, com expressões culturais de valor como grandes intelectuais (incluindo ele mesmo), médicos, poetas, romancistas, pintores, estadistas e músicos dos quais o Brasil seria devedor (DANTAS, 2015, p. 74).

Considerações finais

A obra de Freyre, em mais de um sentido, é conflitante com as perspectivas modernizadoras que se enraizaram particularmente em São Paulo. Não surpreende que Sérgio Milliet, na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, em 1937, dedicasse ácida crítica a *Nordeste*, livro que lhe pareceu de pouca validade científica, pois pobremente documentado, mas que poderia ser lido como um “quadro luminoso e gostoso, literariamente, [mas que] nada tem de ecológico. É um lindo romance com páginas e capítulos empolgantes” (MILLIET, 1937, p. 41).

Convém notar que, nas décadas seguintes, com a consolidação da universidade, o ensaísmo entraria em crise. Não surpreende que tenha partido de São Paulo a crítica mais contundente contra a obra de Freyre, associada à falta de “cientificidade”, como viria a fazer, mais tarde, Florestan Fernandes e seu grupo na Universidade de São Paulo (VENANCIO; WEGNER, 2018, p. 746).

Os críticos de Gilberto Freyre diriam, não sem razão, que apesar da objeção ao “sistema de latifúndio moderno que é o da usina”, o sociólogo pernambucano não propôs reforma agrária ou qualquer intervenção do Estado, assim como não propôs a criação de parques, solução que Freyre provavelmente entenderia como artificial. Ainda assim, no prefácio à edição de 1943, o autor afirma ter sido severamente questionado pelos conservadores.

Seja como for, não resta dúvida que Freyre jamais hesitou em se posicionar contra a modernização burguesa e autoritária, mas o fez movido por um olhar evocativo acerca das velhas tradições ibéricas e nordestinas que via em decadência. Talvez possa se afirmar, com alguma malícia, que Freyre preferia o autoritarismo antigo dos senhores rurais, vistos como autênticos, lastreados no tempo, herdeiros de antiquíssimas tradições, do que a violência modernizadora dos usineiros ou do Estado, cuja

modernização ele enxergava como importada e artificial. A obra de Freyre, sobretudo na década de 1930, assumiu uma perspectiva hermenêutica tão inovadora e original quanto conservantista, da qual *Nordeste* é um exemplo particularmente significativo – incompreensível se não levarmos em conta a formação de um conjunto discursivo permeado por uma vigorosa defesa da tradição cultural ibérica, nordestina e mestiça.

Referências

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez Editora, 1999.
- ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Guerra e paz: Casa-grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. São Paulo: Editora 34, 1994.
- BAGGIO, Kátia Gerab. Iberismo, hispanismo e latino-americanismo no pensamento de Gilberto Freyre. *Revista Estudios del ISHiR*, n. 2, p. 109-131, 2012.
- BARAHONA, Luís. Unamuno e Hispanoamerica. *Revista de filosofía de la Universidad de Costa Rica*. v. 5, 1965.
- BASTOS, Élide Rugai. Escritor Ibérico. In: FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. Edição crítica. Nanterre Cedex: ALLCA XX, 2002.
- BASTOS, Élide Rugai. *Gilberto Freyre e o pensamento hispânico: entre Dom Quixote e o Alonso El Bueno*. Bauru: Edusc, 2003.
- BASTOS, Élide Rugai. O iberismo e a reflexão sobre a democracia na obra de Gilberto Freyre. *Pro-Posições*, vol. 17, n. 3, set./dez. 2006.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- CANCELLI, Elizabeth. *O Brasil e os outros: o poder das ideias*. Porto Alegre: Edipucrs, 2012.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. A data símbolo de 1898: o impacto da independência de Cuba na Espanha e Hispanoamérica. *História*, vol. 22, n. 2, p. 35-58, 2003.
- CRESPO, Regina Aída. Gilberto Freyre e suas relações com o universo cultural hispânico. In: KOSMINSKY, Ethel Volfzon; LÉPINE, Claude; PEIXOTO, Fernanda Arêas (orgs.). *Gilberto Freyre em quatro tempos*. Bauru/ São Paulo: Edusc/Unesp, 2003.
- D'ANDREA, Moema Selma. *Tradição re(des)coberta: Gilberto Freyre e a literatura modernista*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.
- DANTAS, Cauby. *Gilberto Freyre e José Lins do Rego: diálogos do senhor da casa-grande com o menino de engenho*. Campina Grande: Eduepb, 2015.
- DUARTE, Regina Horta. Com açúcar, com afeto: impressões do Brasil em Nordeste de Gilberto Freyre. *Tempo*, v. 10, n. 19, jul./dez. 2005.
- DIMAS, Antonio. Gilberto Freyre e Fidelino de Figueiredo. *Navegações*, v. 4, n. 2, jul./dez, 2011.
- ESTEBAN DE VEGA, Mariano; MORALES MOYA, Antonio. (orgs.). *Los Fines de Siglo em España y Portugal: II Encuentro de Historia Comparada*. Jaén: Universidade de Jaén, 1999.
- GONZÁLEZ-VELASCO, Pablo. *Gilberto Freyre y España: la constante iberista en su vida y obra*. Programa de Doctorado en Ciencias Sociales – Línea Antropología. Universidad de Salamanca, 2021.
- LARRETA, Enrique Rodriguez; GIUCCI, Guillermo. *Gilberto Freyre, uma biografia cultural: a formação de um intelectual brasileiro (1900-1936)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- MENEZES, Djacir. *O outro Nordeste: formação social do Nordeste*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1937.
- MESQUITA, Gustavo. *Gilberto Freyre e o Estado Novo: região, nação e modernidade*. São Paulo: Global, 2018.
- MOTTA, Roberto. O amigo e os inimigos: Gilberto, René, religião e relações raciais. In: MOTTA, Roberto; FERNANDES, Marcionila (orgs.). *Gilberto Freyre: região, tradição, trópico e outras aproximações*. Rio de Janeiro: Fundação Miguel Cervantes, 2013.

- NEVES, Frederico de Castro. O Nordeste e a historiografia brasileira. *Ponta de Lança*, vol. 5, n. 10, abr./out., 2012.
- NICOLAZZI, Fernando. *Um estilo de história: A viagem, a memória, o ensaio: sobre Casa-grande & Senzala e a representação do passado*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- PALLARES-BURKE, Maria Lúcia. *Gilberto Freyre: um vitoriano nos trópicos*. São Paulo: Editora da UNESP, 2005.
- RABELLO, Sylvio (org.). *Gilberto Freyre: cartas do próprio punho sobre pessoas e coisas do Brasil e do estrangeiro*. Departamento de Imprensa Nacional, 1978.
- SCHNEIDER, Alberto Luiz. Iberismo, tradição e mestiçagem: a defesa do Nordeste brasileiro antigo no primeiro Gilberto Freyre (1920-1940). *Revista de Estudios Brasileños*, v. 7, p. 169-185, 2020.
- SCHNEIDER, Alberto Luiz. Iberismo e luso-tropicalismo na obra de Gilberto Freyre. *História da Historiografia*, vol. 5, n. 10, p. 75-93, 2012.
- SILVA, Alex Gomes da. *Gilberto Freyre e o legado luso-hispânico: uma construção no pós-guerra*. Tese de Doutorado. Pós-Graduação em História Social. FFLCH-USP, 2016.
- SIQUEIRA, Carlos Henrique Romão de. *A alegoria patriarcal: escravidão, raça e nação nos Estados Unidos e no Brasil*. Tese de doutorado em História. Distrito Federal: Universidade de Brasília, 2007.
- VENANCIO, Giselle; WEGNER, Robert. Uma vez mais, Sérgio e Gilberto: debates sobre o ensaísmo no suplemento literário do Diário de Notícias (1948-1953). *Varia História*, Belo Horizonte, v. 34, n. 66, p. 729-762, set./dez. 2018.
- VICENTE, Silvana Moreli. Entre o inferno e o paraíso: o ensaio de Gilberto Freyre. *Estudos Linguísticos*, p. 680-685, 2005.

Fontes primárias

- BARROS, Paulo de Moraes. Impressões do Nordeste. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 3 out. 1923.
- FREYRE, Gilberto. Ação regionalista no Nordeste. *Diário de Pernambuco*, Recife, 7 fev 1926.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & Senzala*. Rio de Janeiro: Editora Schmidt, 2ª ed, 1936.
- FREYRE, Gilberto. *Nordeste: aspectos da paisagem da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1937a.
- FREYRE, Gilberto. Sugestões para o estudo da arte brasileira em relação com a arte de Portugal e das Colônias. *Revista do SPHAN*, 1937b.
- FREYRE, Gilberto. *Açúcar: uma sociologia do doce, com receitas de bolos e doces do nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1939.
- FREYRE, Gilberto. *Região e tradição*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1941.
- FREYRE, Gilberto. *Uma cultura ameaçada: a luso-brasileira*. Recife: Gabinete Português de Leitura, 1942.
- FREYRE, Gilberto. *Interpretação do Brasil: Aspectos da Formação Social Brasileira como Processo de Amalgamento de Raças e Culturas*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1947.
- FREYRE, Gilberto. *Manifesto Regionalista de 1926*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura: Os Cadernos de Cultura, 1955.
- FREYRE, Gilberto. *Como e porque sou e não sou sociólogo*. Brasília: Editora da UnB, 1968.
- FREYRE, Gilberto. (Org.). *Livro do Nordeste*. Recife: Secretaria da Justiça/Arquivo Público Estadual, 1979a. (1ª ed. 1925)
- FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*. Rio de Janeiro: Record, 1990.
- FREYRE, Gilberto. *Americanidade e latinidade da América Latina e outros textos afins*. Brasília: Editora da UnB, 2003.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. São Paulo: Global, 2006.

GANIVET, Ángel. *Idearium Español*. Granada: Tip. lit. vda. e hijos de Sabater, 1898.

MILLIET, Sérgio. *Nordeste*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Vol. XXXIII, 1937.

Notas

¹ A Livraria José Olympio Editora foi fundada em São Paulo em 1931 e mudou sua sede para o Rio três anos depois. Nas décadas seguintes, tornou-se a maior editora do país. *Casa-grande & Senzala* passou a ser publicada pela Coleção Documentos Brasileiros a partir da 4ª edição, de 1943.

² Em SCHNEIDER, 2020, verticalizei a análise de *Nordeste*, livro de 1937, mas para uma visão mais panorâmica da questão e do período.

³ Freyre afirma que *O Manifesto Regionalista* foi lido na abertura do Congresso, informação contestada pelo modernista Joaquim Inojosa. O texto, entretanto, só veio a público em 1952. A publicação tardia fez dos esforços de Freyre em apresentar-se como precursor do movimento regionalista nordestino.

⁴ Em *Uma cultura ameaçada: a luso-brasileira*, escrito de 1940, publicado originalmente em 1942, Gilberto Freyre expõe o desconforto com a imigração alemã, tanto pelo rechaço ao nazismo quanto pela “desiberização” do sul do Brasil.

⁵ Manoel de Oliveira Lima (1867-1928) foi um escritor, historiador e diplomata de inclinação monarquista, cujas obras valorizava a colonização portuguesa e, portanto, o legado ibérico. Foi íntimo de Gilberto Freyre, com quem conviveu e trocou numerosas cartas na década de 1920.

⁶ Gilberto Freyre assumiu oposição ao interventor de Pernambuco durante o Estado Novo, Agamenon Magalhães, defensor de discursos e práticas modernizadoras. No período ditatorial, Freyre foi preso por delito de opinião, acusado de pornográfico e de comunista. Em 1945, com a redemocratização, Agamenon compôs o quadro de fundadores do PSD. Gilberto foi para a UDN e elegeu-se deputado federal.

⁷ O livro *Açúcar: uma sociologia do doce, com receitas de bolos e doces do nordeste do Brasil* (1939) foi escrito na mesma época de *Nordeste*. É composto por receitas culinárias, uma vez que Freyre se interessava em recuperar a arte simbólica da cozinha das casas-grandes dos tempos de esplendor da cultura açucareira.

Submetido em: 10/03/2021

Aprovado em: 01/11/2021